

O novo quadro regulamentar decorrente do *Health Check* da PAC



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

GPP
Gabinete de Planeamento
e Políticas

5º Colóquio Nacional do Milho
Tomar, 5 de Fevereiro de 2009
Luís Souto Barreiros

O *Health Check*

- ❑ O Porquê do *Health Check*
- ❑ O que mudou
- ❑ As questões que se colocam para o futuro



O Health Check

A PAC nos últimos 16 anos tem vindo a ser objecto de várias reformas tendo se modificado radicalmente. As reformas iniciadas em 2003 marcaram uma nova fase neste processo, com a introdução de pagamentos directos dissociados da produção (RPU) na maioria dos sectores, e reforçando a política de desenvolvimento rural como seu segundo pilar.



O Health Check

- *O Health Check* tinha como objectivos:
 - Aprofundar a reforma iniciada em 2003;
 - Simplificar os instrumentos da PAC
 - Aproveitar as novas oportunidades de mercado
 - Preparar a PAC para fazer face a novos desafios, como a alteração climática, a gestão da água e a bioenergia

O que mudou – ajudas directas

- As propostas ao nível das ajudas directas incidiram essencialmente na:
 - Simplificação RPU;
 - Aprofundamento do desligamento das ajudas;
 - Possibilidade de evolução do RPU para taxas de ajudas mais uniformes dentro de cada EM
 - Criação de um instrumento flexível para os EM fazerem face a alguns dos problemas resultantes da nova orientação geral da PAC
 - Reforço das transferências financeiras para o 2º pilar
 - Introdução de limites mínimos para as ajudas directas

O que mudou – ajudas directas

- RPU:
 - Obrigatoriedade de limitar o pagamento de ajudas directas a um mínimo de 100 € ou 0,3 ha podendo aumentar este limites a 200€ ou 1ha;
 - transformação dos direitos de Set-aside em normais
 - Fim das condicionantes aos direitos provenientes da Reserva
 - Obrigatoriedade de manter condições de elegibilidade ao longo de todo o ano civil
 - Flexibilização da utilização da Reserva nacional
 - Redução de 3 para 2 anos do prazo de subutilização de direitos
 - Possibilidade de manter a derrogação para utilização dos direitos especiais em caso de transferência (excepto herança) mantém-se até final 2011

O que mudou – ajudas directas

□ RPU:

- Possibilidade de evolução do RPU para taxas de ajudas mais uniformes dentro de cada EM
 - Pode ser feito a partir de 2010
 - Revisão de direitos ou dividir montantes por toda área elegível (regionalização)
 - Deve ser feito no mínimo em 3 etapas pré-estabelecidas
 - Qualquer etapa não levar a um redução do valor dos direitos superior a 50 % da diferença entre o seu valor inicial e o seu valor final.
 - Pode ser feito ao nível geográfico que o EM entenda
 - Possibilidade de dividir plafond nacional em plafonds regionais

O que mudou – ajudas directas

□ Ajudas ligadas:

- Desligamento a partir de 2010 – culturas arvenses (FR e ESP), trigo duro, azeite, lúpulo
- Desligamento mais tardar a partir de janeiro 2012 – abate bovinos, arroz, casca rija, sementes, proteaginosas.
- Desligamento vacas aleitantes e ovinos e caprinos opcional
- Desligamento com base em um ou mais anos de 2005 a 2008, parte dos montantes podem ser atribuídos a produtores de outros sectores, e se montante global do regime inferior a 250.000 € pode transitar directamente para a reserva nacional.
- Fim da ajuda às culturas energéticas a partir 2010

O que mudou – ajudas directas

- Ajudas específicas (art. 68º):
 - Regime que vem substituir ex-art 69º
 - Possibilidade de o Em criar medidas destinadas a:
 - tipos específicos de agricultura que sejam importantes para a protecção ou a valorização do ambiente,
 - melhorar a qualidade dos produtos agrícolas,
 - melhorar a comercialização dos produtos agrícolas,
 - aplicar normas reforçadas em matéria de bem-estar dos animais,
 - actividades agrícolas específicas que resultem em benefícios agro-ambientais suplementares;
 - Para compensar as desvantagens específicas que afectem os agricultores nos sectores dos produtos lácteos, da carne de bovino, da carne de ovino e caprino e do arroz em zonas economicamente vulneráveis ou ambientalmente sensíveis ou, nesses mesmos sectores, para tipos de agricultura economicamente vulneráveis;
 - contribuições para prémios de seguro de colheitas, de animais e de plantas
 - contribuições para fundos mutualistas relativos a doenças dos animais e das plantas e incidentes ambientais,
 - Montante máximo 10% plafond nacional ajudas directas (58,9 M€) dos quais 3,5% no máximo para ajudas ligadas à produção (20,6 M€) a retirar do RPU
 - Regime transitório para as medidas do actual art. 69

O que mudou – ajudas directas

- Questões financeiras:
 - Aumento modulação obrigatória em 2% (2009), 3% (2010), 4% (2011), 5% (2012)
 - Introdução modulação progressiva 4% para pagamentos superiores a 300.000 €
 - Possibilidade de utilizar montantes subtilizados nas ajudas directas para financiar artº 68 ou Desenvolvimento Rural até ao limite de 4% do plafond nacional (21,7 M€)

O que mudou – gestão de mercado

□ As propostas ao nível dos instrumentos de **gestão de mercado** incidiram essencialmente na:

- harmonização das disposições relativas à intervenção pública, alargando o sistema de concursos
- Supressão de alguns mecanismos de intervenção e de algumas ajudas de mercado específicas
- Na preparação da transição para o fim das quotas leiteiras
- Introdução no RPU de algumas ajudas à transformação

O que mudou – gestão de mercado

□ Instrumentos de **gestão de mercado** – OCM única :

- alargado o sistema de concursos para intervenção nos cereais, ficou de fora trigo mole panificável até 3.000.000 ton.
- Manutenção intervenção no arroz e trigo duro mas ao nível 0
- Supressão da intervenção carne de porco e de algumas ajudas de mercado específicas como armazenagem privada de queijos, ajudas manteiga para pastelaria etc.
- Aumento das quotas leiteiras 5x1%
- Manutenção medidas excepcionais de mercado na pecuária
- Introdução no RPU a partir de 1 janeiro 2012 ajudas à transformação nos sectores das forragens secas, batata para fécula, linho e cânhamo.

O que mudou – Desenvolvimento Rural

- As propostas ao nível do **Desenvolvimento Rural** incidiram essencialmente no:
 - Obrigatoriedade de os EM aplicarem recursos do DR nas prioridades da UE nos domínios da alterações climáticas, das energias renováveis, da gestão da água e da biodiversidade
 - Reforço dos envelopes financeiros com montantes do 1º pilar

O que mudou – Desenvolvimento Rural

- **Desenvolvimento Rural:**
 - Novos desafios - alterações climáticas, energias renováveis, gestão da água, biodiversidade, inovação e medidas de acompanhamento sector leite
 - Estas medidas beneficiam de taxa de cofinanciamento de 75% ou 90% conforme tipo de região
 - Abolição das limitações relativas à quota leiteira no investimento
 - Possibilidade de aumentar em 10% as taxas máximas de ajuda para as medidas enquadráveis nos novos desafios

As questões que se colocam para o futuro

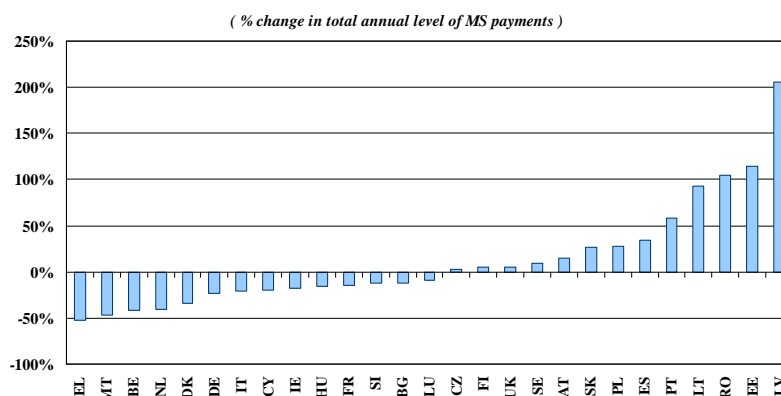
- Ao nível da UE
 - Próxima discussão e definição das perspectivas financeiras para o pós 2013
 - Que PAC para o pós 2013

- Ao nível nacional
 - Opções nacionais de implementação das ajudas directas
 - Reprogramação DR para fazer face novos desafios

As questões que se colocam para o futuro

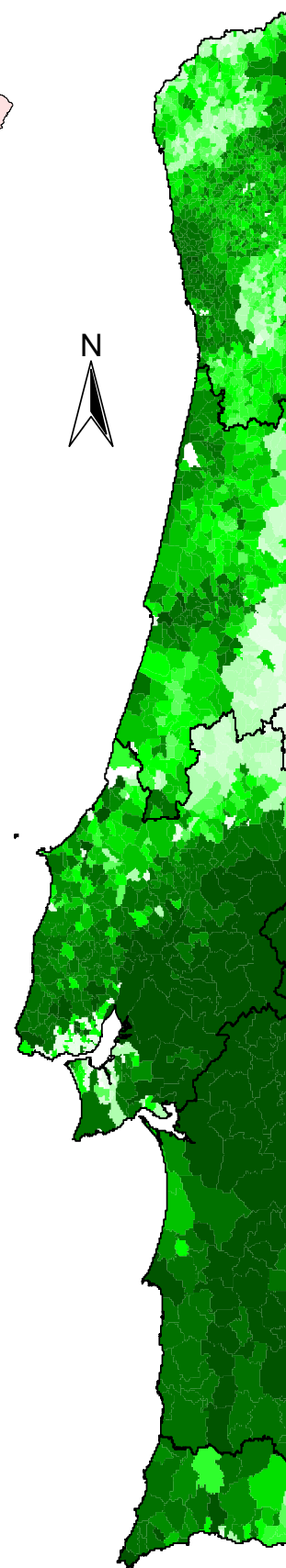
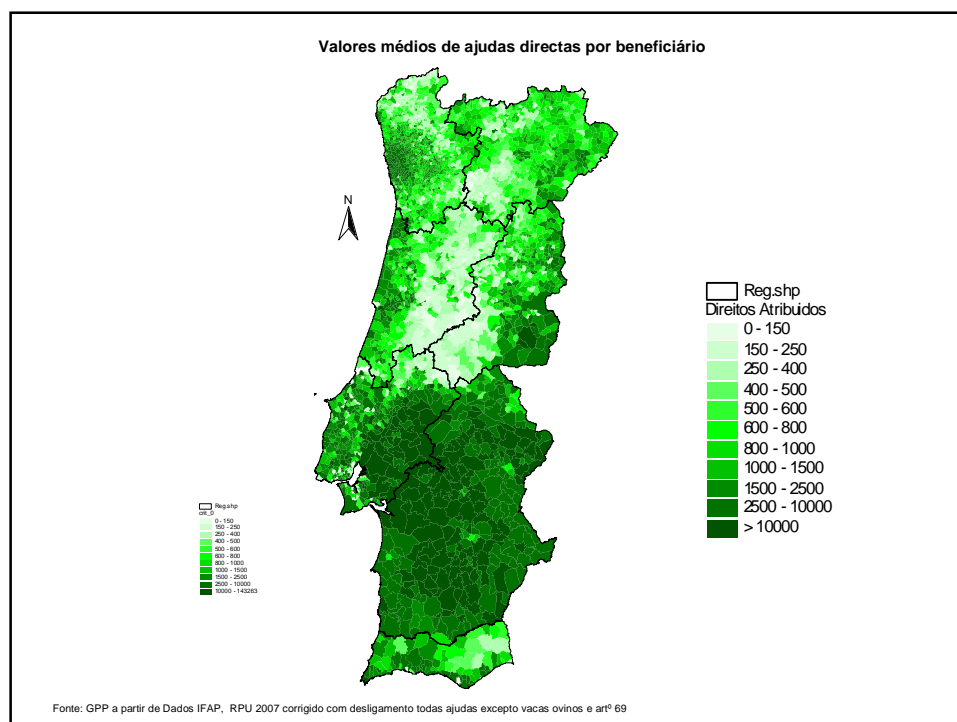
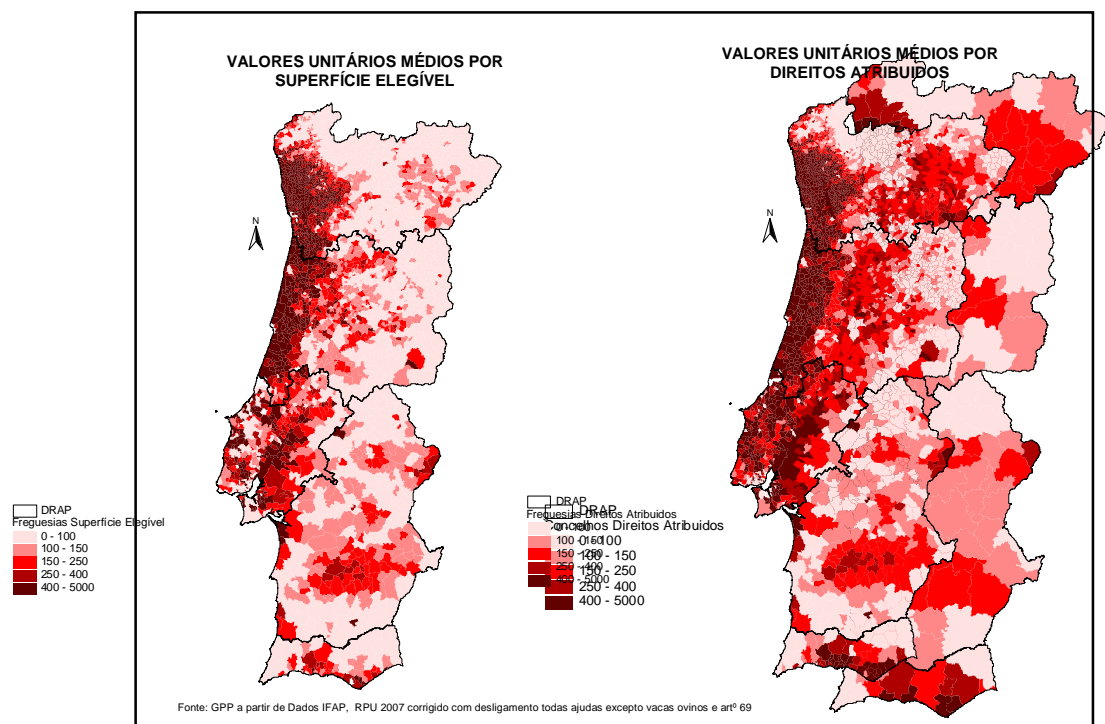
- PAC pós 2013
 - Perspectivas financeiras - A PAC representará 40 % orçamento UE em 2013 sendo previsível uma redução do seu peso no orçamento
 - Estará em discussão o equilíbrio entre o 1º e o 2º pilar, actualmente o 1º representa 81% dos quais 70% ajudas directas e o 2º 19%
 - A própria manutenção dos dois pilares estará em causa
 - Estará em discussão os diferentes modelos de pagamentos directos e a questão dos diferentes níveis de apoio entre EM

Impacto de um RPU uniforme na UE



As questões que se colocam para o futuro

- Opções nacionais de implementação
 - RPU – evolução regime histórico
 - Ajudas ligadas – desligamento ou não, data e formato de desligamento para os sectores a desligar obrigatoriamente
 - Aplicação artigo 68
 - Destino dos Montantes subutilizados – art 68 ou DR
 - Reprogamação do Programa de Desenvolvimento Rural



Distribuição das ajudas directas em função da orientação técnico-económica das explorações

	M€	%	Mont/Benf (€)
Não Classificadas	2	0	2.103
Esp. Arvenses, Hort. e O. Cult. Ext.	106	23	2.376
Esp. Arroz	17	4	17.553
Esp. Horticultura e Floricultura	1	0	2.812
Esp. Vinhos	7	1	585
Esp. Frutos frescos (inc. citrinos)	0	0	2.494
Esp. Olival	19	4	612
Esp. Permanentes Combinadas	16	3	904
Esp./Dom. Bovinos Leite	57	12	10.358
Esp. Bovinos Carne	110	24	4.400
Outros Ruminantes	57	12	3.593
Mistas	57	12	2.058
Só Pousio	1	0	2.253
Só Pousio e Pastagem	17	4	2.760
	468	100	2.479

Fonte: GPP a partir de Dados IFAP, RPU 2007 corrigido com desligamento todas ajudas excepto vacas ovinos e artº 69

Conclusão

- Independentemente das próximas discussões ao nível da UE que quanto às perspectivas financeiras quer quanto ao futuro da PAC, esta deverá continuar a evoluir progressivamente no sentido de uma maior liberalização e maior orientação para o mercado com o consequente dismantelamento dos instrumentos de regulação de mercado, e um total desligamento dos apoios da produção.
- A PAC através do reforço dos normativos comunitários continuará a exigir uma produção de qualidade com um elevado padrão de segurança alimentar, saúde e bem-estar animal, o que conduzirá necessariamente a um acréscimo de custos para todo o sector agro-alimentar
- Apesar da incerteza quanto ao futuro da PAC, não será de prever mudanças abruptas em particular ao nível das ajudas directas, eventualmente o estabelecimento de um processo de evolução das ajudas históricas no sentido de as legitimar,
- A nível nacional existem muitas decisões a tomar a curto prazo para preparar o futuro;
- Nestas opções é necessário uma abordagem integrada entre o as medidas do primeiro e do segundo pilar da PAC, as medidas de Desenvolvimento Rural podem e devem quer contrariar efeitos negativos das evoluções no 1º pilar quer potenciar os seus efeitos positivos. Por outro lado os mecanismos do primeiro pilar, nomeadamente as ajudas directas podem ajudar a atingir alguns dos objectivos do Desenvolvimento Rural permitindo uma mais racional alocação de recursos financeiros. Uma articulação coerente entre os dois pilares é essencial para preparar o sector para o período pós 2013.